

ATA - TRE/PRE/DG/COPEG/SPGE

Coodenadoria de Orçamento, Planejamento Estratégico e Gestão - COPEG

Reunião de Análise Estratégica - RAE

**Assuntos: Prêmio CNJ de Qualidade e Governança;
Fechamento do Orçamento;
Relatório de Gestão 2021.**

Ata nº 02/2021

1. Identificação da Reunião:

Data	Horário	Local	Anfitrião da Reunião
07/05/2021	14h	Videoconferência na web e Plenário	Marcelo de Freitas de Machado Coordenador de Orçamento, Planejamento Estratégico e Gestão

2. Participantes

Nome	Unidade
Dr. Fernando Chemin Cury	Juiz Auxiliar da Presidência
Hardy Waldschmidt	Diretor-Geral
Luciana Jucineire Vieira de Aguiar	Secretária de Tecnologia da Informação
Marcos Antonio Ganja Anelli	Secretário de Gestão de Pessoas
Tatiana Quevedo de Souza Rodrigues	Secretária Judiciária
Sérgio Roberto da Silva	Secretário de Administração e Finanças
Marcelo José de Souza	Coordenador Jurídico Administrativo em substituição
Jorge Gaidarji da Costa	Assessoria Jurídica Direção-Geral
Marcelo de Freitas Machado	Coordenador de Orçamento, Planejamento Estratégico e Gestão
Eduardo Haruo Braga Nagata	Assessoria de Governança e Projetos Institucionais
Nilce Helena de Souza Louzan	Seção de Orientação, Inspeção e Correições
Luiz Antonio Domingos de Oliveira	Coordenadoria de Registros e Informações Processuais
Vivian Elene de Conti Barbosa	Seção de Redação, Documentos e Cumprimento de Mandatos
Fabiana Saliba Pereira Ramalho	Núcleo de Governança de TI
Ladislau de Oliveira dos Santos	Núcleo de Estatística
Fabiane de Carvalho e Silva	Núcleo de Governança de Pessoal
Rúbia Baccin Corso	Assessoria Especial da Direção-Geral
Adriana Franco Cândia	Assessoria de Comunicação e Cerimonial
Kétrin Anne de Oliveira Schuindt Falqueiro	Escola Judiciária Eleitoral
Waldercy de Souza Esteves	Ouvidoria
Cristiane de Farias Paukouski da Silva	Seção de Planejamento e Gestão Estratégica
Edismar Lima	Seção de Planejamento e Gestão Estratégica

3. Discussão da Pauta

Informações/comunicados, Propostas, Discussões, Decisões e encaminhamentos	Explicação
<p>+ Esclareceu os motivos da reunião, qual seja, cumprir o que determina a Resolução nº 70/2009, do CNJ e da Resolução nº 702 TRE-MS, arts. 11 e 12, com a apresentação dos 3 (três) temas a serem discutidos na reunião: Prêmio CNJ de Qualidade, Fechamento de Orçamento 2021 e elaboração do Relatório de Gestão 2021. Informou aos presentes a satisfação do Presidente, Des. Paschoal Carmello Leandro, com o desempenho obtido na premiação do CNJ, onde o TRE conquistou o Selo Ouro, com um desempenho de 86,88%, percentual superior ao índice alcançado em 2020 (82,34%), o que demonstra a grande dedicação e competência dos servidores das diversas unidades do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, buscando atender os itens do Prêmio. O Tribunal alcançou o 4º lugar no segmento da Justiça Eleitoral, e o 7º lugar no segmento geral, um desempenho excelente. Relatou as reuniões realizadas em 2020, com os servidores envolvidos diretamente para atender as demandas do CNJ (Ladislau - Núcleo de Estatística), Eduardo Nagata (AGPI), Nilce (SEOIC), Vivian (SRDCM), Robson (TI) e outros servidores integrantes do GT, com a finalidade de canalizar esforços para atender as demandas, o que</p>	Hardy Waldschmidt

levou ao coroamento do resultado final com o selo diamante. Disse que a Justiça Eleitoral tem avançado nos quesitos exigidos para o prêmio e que um detalhe pode comprometer a pontuação. Atualmente estamos com uma força-tarefa no 1º e no 2º grau de jurisdição visando o cumprimento das metas 1 e 2 porque impactam no Prêmio de 2022, com apoio de diversos servidores e magistrados. A Corregedoria fez um levantamento dos locais onde é necessário apoio, a SGP indicou colegas para prestar suporte nas localidades críticas, tendo sido deslocados 2 servidores para Sidrolândia, e também servidores para Bela Vista, Porto Murtinho, Brasilândia e Bonito, visando cumprir as metas 1 e 2 nessas localidades. Agradeceu a participação dos envolvidos no projeto do Prêmio CNJ de Qualidade e agradeceu a presença de todos. Em tempo: esclareceu a ausência do Presidente Des. Paschoal (em sessão no TJ) e informou que a reunião estava sendo realizada pela plataforma Zoom para que o Dr. Fernando Cury (Juiz Auxiliar da Presidência) também pudesse participar, e que passou também para o Presidente o link para que o mesmo pudesse acompanhar a reunião, caso a sessão de julgamento terminasse a tempo.

+ **Esclareceu** o motivo da reunião: Análise da premiação do CNJ, demonstrativo da execução orçamentária e relatório de gestão 2021. A apresentação sobre o orçamento é um demonstrativo da execução até o momento. Esclareceu que o Comitê Permanente de Gestão Estratégica, conforme preceitua a Resolução TRE/MS nº 702, está presente na reunião. O orçamento aprovado na LOA: 124.712.703, com os créditos: 131.692.835. Esclareceu que o orçamento é dividido em ações orçamentárias, despesas operacionais, de pessoal, benefícios. Despesas discricionárias 20GP - custeio e investimentos. Execução do orçamento ordinário. Explicou a diferença das ações orçamentárias e como são utilizados os recursos de cada uma delas, não podendo pagar pessoal com valores da ação 20GP (custeio e investimentos). Falou da divisão em planos e ações orçamentárias. Há licitações indo para a fase externa e com isso a execução vai para 100%. Essa execução é fruto de um trabalho coletivo que se consolida ano a ano, sendo reconhecida pelo TSE. Falou também da diferença entre execução orçamentária e execução financeira (instituída pela EC 95/2016). - execução total do orçamento. Planejamento Financeiro: 20.732.964 - Efetivo: 15.281.507 - Esperado: 19.800.000. Expectativa de pagamento 95,50%. Não comprometer nosso limite de pagamento, não deixar valores inscritos em restos pagar. Fez uma breve esplanção sobre a Emenda de execução total do orçamento EC 105/2021. Falou ainda, das aquisições que estão sendo finalizadas. Agradece aos colegas pela parceria.

Marcelo de Freitas Machado

+ **Apresentou** os assuntos a serem tratados na reunião: IGG e Prêmio CNJ de Qualidade. O IGG não recebeu comunicação oficial do resultado, apesar de já estar disponível desde o mês de outubro. Vários normativos melhoram nossa situação: Resolução 702/2020, Portaria PRE nº 213/2020, Resolução nº 690/2020, Resoluções nºs 734 e 736/2021. IN nº 2/2021, Portaria DG nº 59/2021. Foi apresentado o resultado dos 3 (três) últimos IGGs (2017, 2018 e 2021). Avanço em quase todos os índices. Apresentação de tabelas contendo a posição do TRE junto aos demais TREs. O Tribunal alcançou a 8ª posição no índice de governança entre os tribunais. Apresentou os próximos passos para o IGG - apresentação de indicadores, para elaboração de gráficos foi solicitado auxílio ao Núcleo de Estatística. Apesar de termos 10 indicadores no IGG, o TCU não utiliza todos para o cálculo geral. O que pode melhorar índice de gestão de pessoas, gestão de TI, contratação (se manteve), orçamento e governança dentro do esperado. Não existe periodicidade para aplicação do questionário, posto que em 2019 não houve tal levantamento. Nota máxima 10. Alteração catálogo de governança, se houver mudança no formato do formulário para o próximo levantamento. Duas perspectivas com valor bem acima e duas com valor bem abaixo o que compromete a classificação, visto que na listagem há vários segmentos de empresas e instituições públicas federais. Subimos para 60,2% na classificação.

Com relação ao Prêmio CNJ de Qualidade, em 2020 o TRE conseguiu 82,34% e obteve o selo diamante, neste ano o TRE alcançou a pontuação de 86,88% e obteve o selo ouro. A disputa foi acirrada mesmo melhorando percentualmente não foi possível lograr a pontuação diamante - apesar de termos melhorado de 82% para 86%. Apresentou os itens e sua pontuação nos eixos Governança; Produtividade; Transparência; Dados e Tecnologia. O CNJ não considerou as pesquisas no item gestão participativa. Em 2022, o TRE, fará suas próprias as pesquisas para garantir a pontuação. Esplanou sobre os resultados alcançados. Fatores críticos de sucesso: DATAJUD conseguiu convergir as informações, política de gestão documental em tempo hábil. Faltaram 4 pontos para alcançar o diamante, do

Eduardo Nagata

<p>total de 877,44 realizados. Agradeceu a Ascom, SBA, CSDJ, CPAD e ao GT DataJUD. Sugestões para 2022: Criação de Núcleo de Governança Judiciária, Núcleo de Assessoramento Processual às ZE's, Lotação de Estatístico no NEST, Instituição de GT para estudo e normatização visando a tramitação mais célere de Ações Penais, Acompanhamento Permanente de Indicadores Processuais, servidor de TI com dedicação exclusiva ao sistema Atena/Temis. Próximos passos a fim de garantir a pontuação não alcançada este exercício: NEST, RDC-Arq, Socioambiental, Ranking da Transparência, Celeridade em APEIs, Metas Nacionais, IGovTic-JUD, Código-fonte. Esplanou sobre o tempo médio das ações penais, necessidade de reduzir 400 dias para poder pontuar, valor de referência bem inferior. Quanto ao quesito tempo médio de processos pendentes, ressaltou a necessidade de atenção pelas unidades reponsáveis pela prestação jurisdicional, porquanto este Regional figurou em última posição do 1º quartil do segmento, sendo tal quesito de fundamental importância para um resultado satisfatório, tendo em vista a elevada pontuação atribuída. Entreviu pela não aprovação do <i>Codex</i> na votação das metas nacionais, pois caberia ao TSE tal implementação em razão da arquitetura de dados do sistema PJe, ser centralizada naquele Tribunal.</p>	
<p>+ Esplanou sobre o número pequeno de servidores e sobre a dificuldade de um sistema ficar sob a responsabilidade de apenas 1 servidor, discorreu sobre a situação do sistema atena, que apenas 1 servidor Marco Yerco tem domínio do funcionamento. TSE precisa ter conhecimento dessa demanda, apenas 1 servidor operacionalizar sistema Atena. <i>Codex</i>, se o TSE tomar o sistema para si, poderá ter uma equipe de suporte de pelo menos, 2 servidores. Investir em estagiários e terceirizados. Ressaltou sobre a impossibilidade de disponibilizar 1 servidor para tratar apenas do Atena e sugeriu a contratação de estagiário. Observou também a pontuação do TRE-GO que ficou em último lugar no prêmio prata do SELO.</p>	Luciana Jucineire Vieira de Alencar
<p>+ Esplanou sobre a não pontuação da pesquisa participativa realizada pelo TSE para ser utilizada por toda a Justiça Eleitoral, com a finalidade de cumprir esse requisito do prêmio. Apenas um Tribunal fez uma pesquisa a parte, os demais utilizaram a pesquisa unificada da JE.</p>	Marcelo Machado
<p>+ Tomou a palavra e falou sobre a instituição da audiodescrição e agradeceu a Ascom pelo esforço hercúleo para atender a cobrança da descrição audiovisual no Ranking da Transparência, falou da pretensão do Tribunal ser o 1º do segmento a fazer 100%. Fez menção sobre o fato de não conseguir a pontuação total no quesito socioambiental, convidando a colega Fabiane, da Comissão socioambiental a fazer uso da palavra. Aproveitou para dizer da disputa acirrada e mencionou a colocação do Tribunal no ranking da Transparência, frisando que um detalhe faz toda a diferença. Falou com relação as propostas de criação dos núcleos, demandas da TI, questões de segurança, da exigência do TSE e CNJ de deslocamento de servidores para dedicação exclusiva em tarefas determinadas, do número pequeno de servidores para atender as novas demandas, que surgem a cada dia, disse da necessidade de aumentar o número de servidores da TI, em especial mediante criação de cargos efetivos. Falou que tramita no COPTREL proposta de criação de cargos para os TREs a ser submetida ao TSE e posteriormente ao Congresso Nacional. Discorreu sobre a preocupação com dependência de um sistema ficar na responsabilidade de apenas 1 servidor. E que o tribunal não tem cargos para conseguir acatar a criação dos núcleos sugeridos, no momento. E que seria possível somente se for feita a transformação de cargos.</p>	Hardy Waldschmidt
<p>+ Esplanou, a pedido do Diretor, sobre a questão socioambiental, fez um relato sobre as atividades da comissão socioambiental, fase de estudo sobre os indicadores, são 18 no total e estão sendo trabalhados aos poucos, precisa de um trabalho de conscientização. Projetos futuros: extinção de copos plásticos, inclusive, nas eleições, com embasamento financeiro, sustentável. Novas estratégias para o consumo de papel nos cartórios (impressão da RAE). Indicador sustentável CNJ contabiliza participação em massa. Principais indicadores água, energia, papel e copo, equipamentos de impressão, dentre outros. Conta com a colaboração dos colegas. Sugeriu que o servidor André Licks explicasse aos servidores envolvidos na elaboração de conteúdos do RG como criar gráficos com visualização padrão.</p>	Fabiane de Carvalho e Silva
<p>+ Esplanou, a pedido do Diretor, sobre a questão das ações penais, item inédito, sendo MS um estado fronteiro, a maioria das ações penais pendentes, são em cartórios localizados em zonas de fronteira, onde ocorrem os crimes de falsidade ideológica, documentos falsos, a maioria delas estão suspensas ou sobrestadas, aguardando prazo prescricional. Em correção, a</p>	Nilce Helena de Souza Louzan

<p>Juiza informou que tinha interesse em fazer uso da revelia virtual, não julga pois MP cumpre a risca o CP, dificuldades encontradas em julgar as ações paradas. Hoje os processos estão parados cumprindo o que a norma determina. Acervo processual pequeno, qualquer processo parado impacta. Normativo penal impacta no julgamento. Marcelo Machado falou da necessidade de dar ciência ao CNJ dessa peculiaridade, fazendo argumentação realista da situação enfrentada pelos cartórios. Desde 2020, até agosto de 2021 a seção praticamente fica a disposição do CNJ, além das correições. Ritmo normal das atividades preocupa no atendimento das demandas do CNJ. Responsabilidade fica toda a cargo do chefe de cartório tentar fazer o juiz eleitoral abraçar a causa eleitoral, inclusive, nas questões relativas ao prêmio CNJ de Qualidade.</p>	
<p>+ Opinou quanto ao o posicionamento do MP que impacta na questão do cumprimento das metas nacionais. Falou sobre o nascimento dos indicadores das metas, do volume de dados.</p>	Ladislau de Oliveira dos Santos
<p>+ Apresentou como sugestão criar um tipo de suspensão por réu não encontrado e isso fosse colocado como item de baixa, poderia resolver a situação dos cartórios localizados na região de fronteira. Preocupação para 2022 continua com relação a mão de obra dos setores envolvidos no Datajud, e tem a promessa do CNJ de implantar o sistema <i>Codex</i> e pedir uma retificação completa dos dados, dificuldade para sanear os dados, demanda tempo, dedicação. <i>Codex</i>, sistema totalmente novo e que os ajustes feitos no DataJud não serão reaproveitados no <i>Codex</i>, fica a preocupação de ser pego de surpresa no período eleitoral. Força tarefa para auxiliar Robson (TI). Pontuação acirrada e um detalhe pode fazer a diferença.</p>	Vivian Elene de Conti Barbosa
<p>+ Esclareceu que o TCU não editou normativos para a edição do relatório de gestão de gestão 2021. Fica valendo os normativos editados em 2020, A IN 84, a DN 187/2020 e o Guia para elaboração do Relato Integrado. Informou, também, que o TCU fará a atualização do guia de elaboração do relato integrado apenas no início de 2022, não sendo possível esperar essas atualizações para elaborar o RG de 2021, visto o prazo de entrega ser 31.03. Solicitou as unidades o cumprimento do cronograma, a clareza e a concisão nas informações prestadas. Necessidade de tentar diminuir a paginação do relatório tornando mais conciso, claro e direto.</p>	Cristiane de F. Paukouski da Silva
<p>+ Acompanhou a reunião via Zoom, disse que acompanhou também, a reunião de premiação do CNJ, falou das intervenções sobre o <i>Codex</i>, onde ficou deliberado que o <i>codex</i> seria exigido apenas ao TSE. Falou sobre a questão do tempo de duração das ações penais, questionou quanto ao posicionamento do MP, servidora Nilce explicou a situação encontrada em uma correição onde o juízo queria fazer uso da prescrição virtual, porém sabendo do posicionamento do MP, preferiu aguardar. Sugeriu fazer, no início do ano reunião para efetivar controle e metas e ver os pontos que podem impactar o prêmio CNJ de Qualidade. Parabeniza a todos pelo trabalho realizado.</p>	Dr. Fernando Chemin Cury
<p>Saídas:</p> <p>+ Não houve saídas acordadas</p>	--

4. Fechamento da Ata

Data/Hora
07/12/2021 - 16h30min



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FREITAS MACHADO, Coordenador(a)**, em 14/12/2021, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RÚBIA REGINA BACCIN CORSO, Assessor (a)**, em 14/12/2021, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA QUEVEDO DE SOUZA RODRIGUES, Secretário(a)**, em 14/12/2021, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HARDY WALDSCHMIDT, Diretor(a)-Geral**, em 14/12/2021, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO JOSÉ DE SOUZA, Assessor (a)**, em 15/12/2021, às 09:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HARUO BRAGA NAGATA, Assessor (a)**, em 15/12/2021, às 11:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ANTONIO DOMINGOS DE OLIVEIRA, Coordenador(a)**, em 15/12/2021, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO GRANJA ANELLI, Secretário(a)**, em 15/12/2021, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NILCE HELENA DE SOUZA LOUZAN, Chefe de Seção**, em 24/01/2022, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA SALIBA PEREIRA RAMALHO, Analista Judiciário**, em 31/01/2022, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1130098** e o código CRC **2F45541F**.



COPEG

Coordenadoria de Orçamento, Planejamento Estratégico e Gestão.

Marcelo de Freitas Machado

RAE, dezembro de 2021.



ORÇAMENTO TOTAL APROVADO PARA 2021.

Ações	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado
	124.712.703	131.692.835	126.715.698	112.616.908
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12.601.888	12.968.823	12.002.514	11.773.914
20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	16.550.740	19.849.300	17.466.737	11.212.244
20TP - Ativos Civis da União	69.976.697	73.080.159	72.059.323	66.333.813
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	19.050.330	19.196.175	18.847.471	17.368.440
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	4.149.779	4.215.109	4.029.749	3.778.228
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1.000	1.000	0	0
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.382.269	2.382.269	2.309.904	2.150.269



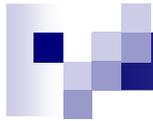
**EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO –
AÇÃO 20 GP**

Plano Orçamentário	Grupo de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	E/D
AÇÃO 20 GP		16.550.740	19.849.300	17.466.737	88,00%
0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	3 - Outras Despesas Correntes	14.900.740	15.849.790	14.053.784	88,67%
0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	4 - Investimentos	500.000	2.849.510	2.314.971	81,24%
0002 - Capacitação de Recursos Humanos	3 - Outras Despesas Correntes	245.000	245.000	242.600	99,02%
0004 - Reforma de Cartório Eleitoral no Município de Campo Grande - MS	3 - Outras Despesas Correntes	800.000	800.000	761.996	95,25%
EJE0 - Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral – EJE	3 - Outras Despesas Correntes	105.000	105.000	93.385	88,94%

Plano Orçamentário	Grupo de Despesa	Dotação Atual	Empenhado	Total	D/C	E/C
AÇÃO 20 GP		19.849.300	17.466.737	19.416.237	88,00%	97,82%
0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	3 - Outras Despesas Correntes	15.849.790	14.053.784	15.499.284	88,67%	97,79%
0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	4 - Investimentos	2.849.510	2.314.971	2.818.971	81,24%	98,93%
0002 - Capacitação de Recursos Humanos	3 - Outras Despesas Correntes	245.000	242.600	242.600	99,02%	99,02%
0004 - Reforma de Cartório Eleitoral no Município de Campo Grande - MS	3 - Outras Despesas Correntes	800.000	761.996	761.996	95,25%	95,25%
EJE0 - Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral – EJE	3 - Outras Despesas Correntes	105.000	93.385	93.385	88,94%	88,94%



**EXECUÇÃO DO FINANCEIRO PLANEJADO –
AÇÃO 20 GP - DE ACORDO COM A EMENDA
CONSTITUCIONAL Nº 95/2016**



PLANEJAMENTO FINANCEIRO	PLANEJADO	EFETIVADO	ESPERADO	D/C	E/C
AÇÃO 20 GP	20.732.964	15.281.507	19.800.000	73,71%	95,50%

Governança iGG TCU e Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Reunião de Análise Estratégica -
07/12/2021

Assessoria de Governança e
Projetos Institucionais - AGPI

Eduardo Nagata



TRE-MS

Pauta

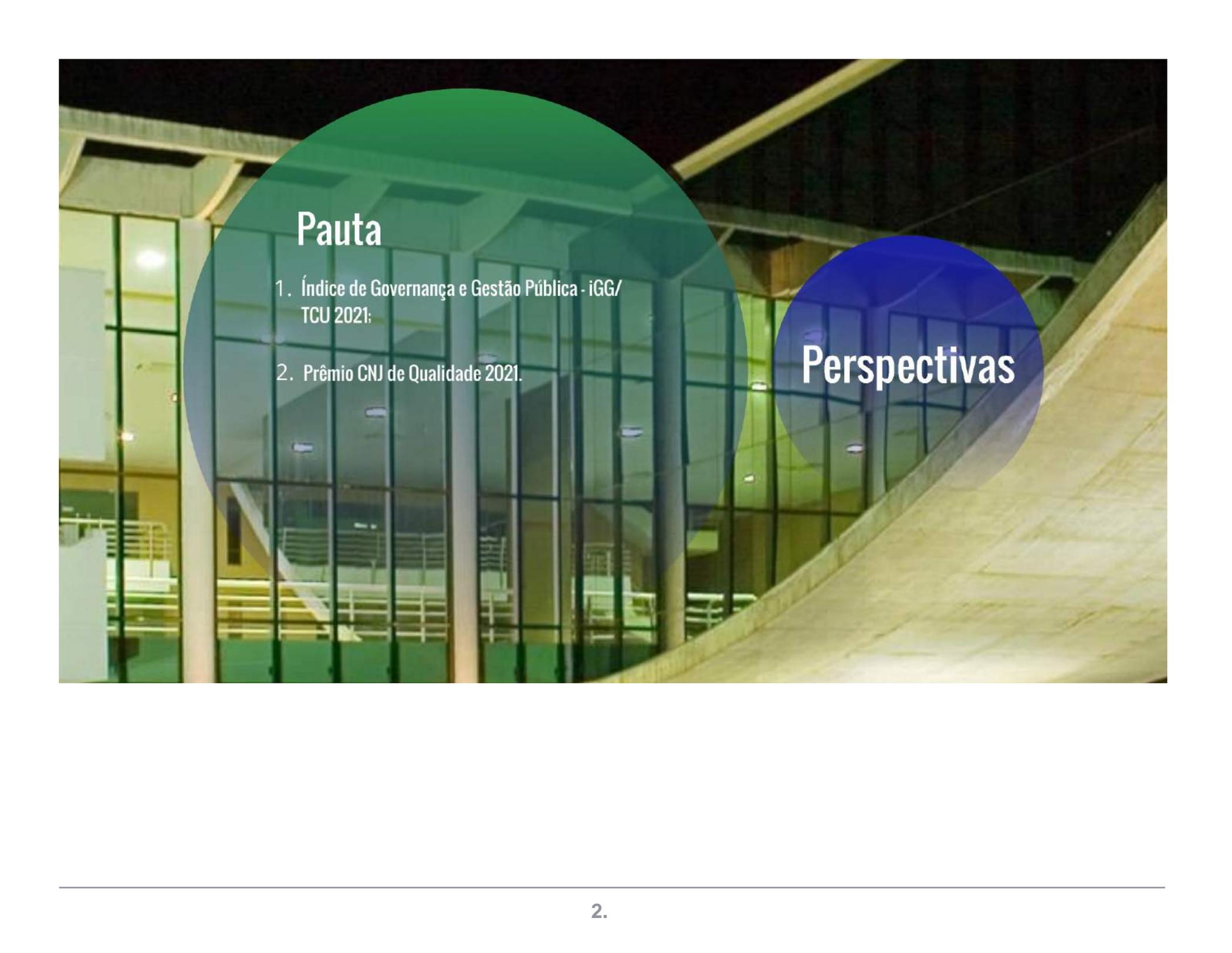
Próximos
passos - iGG

Resultado
Prêmio 2021

Próximos
passos - Prêmio

iGG
TCU

Prêmio CNJ de
Qualidade



Pauta

1. Índice de Governança e Gestão Pública - iGG/TCU 2021;
2. Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

Perspectivas

Perspectivas

Resultados pretéritos

* iGGs 2017 e 2018

* Prêmio CNJ 2020

Resultados atuais

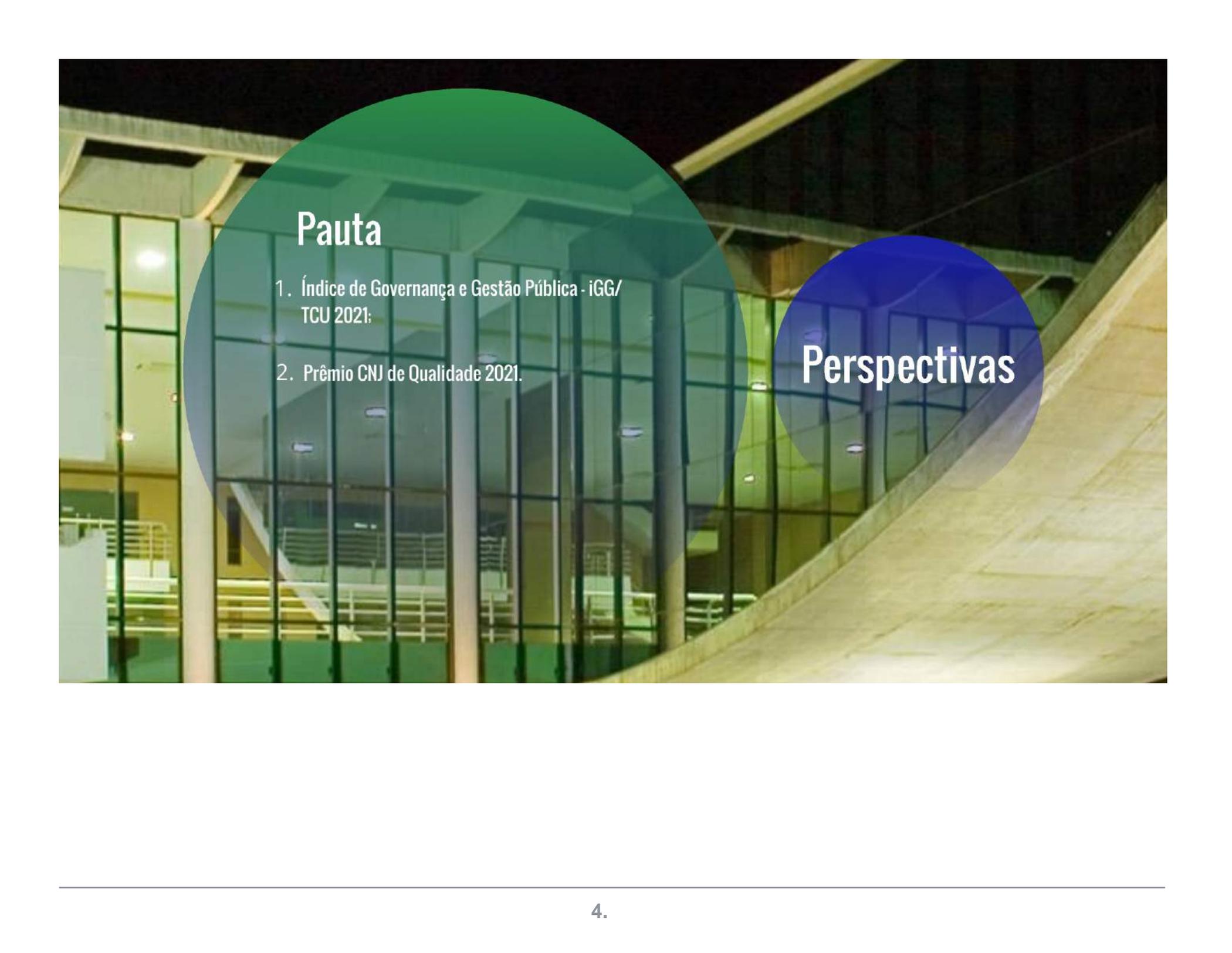
* iGG TCU 2021 e:

* Prêmio CNJ de Qualidade
2021

Projeções futuras

* iGG 2022/2023

* Prêmio CNJ 2022



Pauta

1. Índice de Governança e Gestão Pública - iGG/TCU 2021;
2. Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

Perspectivas

Governança iGG TCU e Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Reunião de Análise Estratégica -
07/12/2021

Assessoria de Governança e
Projetos Institucionais - AGPI

Eduardo Nagata



TRE-MS

Pauta

Próximos
passos - iGG

Resultado
Prêmio 2021

Próximos
passos - Prêmio

iGG
TCU

Prêmio CNJ de
Qualidade

iGG TCU

Índice integrado de governança e gestão Pública, apurado pelo Tribunal de Contas da União:

Resolução TRE/MS n. 702/2020 - Dispõe sobre o Sistema de Governança e Gestão;

Portaria PRE n. 213/2020 - Aprova o Catálogo de Requisitos de Governança (referência questionário 2021);

Resolução TRE/MS n. 736/2021 - PEI 2021/2026;

Resolução TRE/MS n. 734/2021 - Institui a Política e o Programa de Integridade;

Instrução Normativa n. 2/2021 - Dispõe sobre a elaboração da proposta orçamentária anual;

Portaria DG n. 59/2021 - Política de Integridade das Contratações e;

Resolução TRE/MS n. 690/2020 - Institui o Código de Ética

iGG 2017,
2018 e 2021

iGG Justiça
Eleitoral

Levantamento de Governança e Gestão Públicas - Tribunal de Contas da União

Indicador	iGG 2017	iGG 2018	iGG 2021	Avanço entre 2018 e 2021
iGG (Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas)	34%	47%	60,20%	28,09%
iGovPub (Índice de governança pública)	30%	62%	86,30%	39,19%
iGovPessoas (Índice de governança e gestão de pessoas)	29%	44%	66,00%	50,00%
iGestPessoas (Índice de capacidade em gestão de pessoas)	26%	29%	31,30%	7,93%
iGovTI (Índice de governança e gestão de TI)	20%	36%	58,10%	61,39%
iGestTI (Índice de capacidade em gestão de TI)	19%	27%	44,50%	64,81%
iGovContrat (Índice de governança e gestão em contratações)	58%	76%	74,90%	-1,45%
iGestContrat (Índice de capacidade em gestão de contratações)	58%	69%	59,40%	-13,91%
iGovOrcament (Índice de governança e gestão orçamentária)	Indicador introduzido pelo TCU em 2021	Indicador introduzido pelo TCU em 2021	73,10%	Sem parâmetro de comparação
iGestOrcament (Índice de capacidade em gestão orçamentária)	Indicador introduzido pelo TCU em 2021	Indicador introduzido pelo TCU em 2021	74,20%	Sem parâmetro de comparação

Resultados iGG 2017, 2018 e 2021

iGG TCU

Índice integrado de governança e gestão Pública, apurado pelo Tribunal de Contas da União:

Resolução TRE/MS n. 702/2020 - Dispõe sobre o Sistema de Governança e Gestão;

Portaria PRE n. 213/2020 - Aprova o Catálogo de Requisitos de Governança (referência questionário 2021);

Resolução TRE/MS n. 736/2021 - PEI 2021/2026;

Resolução TRE/MS n. 734/2021 - Institui a Política e o Programa de Integridade;

Instrução Normativa n. 2/2021 - Dispõe sobre a elaboração da proposta orçamentária anual;

Portaria DG n. 59/2021 - Política de Integridade das Contratações e;

Resolução TRE/MS n. 690/2020 - Institui o Código de Ética

iGG 2017,
2018 e 2021

iGG Justiça
Eleitoral

Tribunal	IGG	IGovPub	IGovPessoas	IGestPessoas	IGovTI	IGestTI	IGovContrat	IGestContrat	IGovOrcam ent	IGestOrca ment
TRE-AC	51%	78,40%	52,80%	11,00%	55,30%	41,60%	70,80%	60,80%	71,50%	51,70%
TRE-AL	52,90%	55,80%	53%	50,40%	43,80%	42%	79,10%	66,10%	68,30%	46,40%
TRE-AM	30,90%	35,90%	33,60%	28,60%	35,40%	33%	23,30%	28,30%	21,50%	26,80%
TRE-AP	40,60%	43,60%	51%	59,30%	50,90%	37,70%	25,40%	32,60%	18,90%	29,50%
TRE-BA	72,20%	68,50%	61,40%	52,70%	75%	79,40%	85,10%	75,80%	90,80%	84,50%
TRE-CE	62,50%	78,20%	71,30%	61,70%	63%	56,10%	77,30%	63,30%	67,30%	44,60%
TRE-DF	57,60%	56,50%	58,90%	63,20%	63%	54,60%	72,50%	63,60%	69%	47,60%
TRE-ES	54,10%	59,30%	52,50%	44,90%	58,80%	65,30%	68,30%	48,70%	66,20%	48%
TRE-GO	47,90%	59,40%	47,70%	33,90%	52,90%	48,90%	65,20%	47,80%	67%	44,10%
TRE-MA	65,30%	67,70%	59,90%	52,30%	64,30%	57,40%	84,10%	78,20%	81,10%	68%
TRE-MG	55,90%	55,90%	52,30%	47,40%	61,20%	52,70%	84,80%	75,40%	61,30%	41,70%
TRE-MS	60,20%	86,30%	66%	31,30%	58,10%	44,50%	74,90%	59,40%	73,10%	74,20%
TRE-MT	50,20%	52,40%	50,10%	50,70%	45,80%	46,20%	64,20%	52,10%	65,40%	48,50%
TRE-PA	49,30%	59,90%	46,20%	28,90%	60,50%	52,10%	67,20%	61,10%	61,20%	34,30%
TRE-PB	53%	68,50%	52,80%	30,00%	63,50%	50%	76,90%	66,60%	63,70%	38,70%
TRE-PE	61,60%	53,60%	53,20%	57,90%	77%	71,20%	69,90%	57,30%	78,80%	71,20%
TRE-PI	41,10%	41,70%	31,10%	16,90%	50,50%	40,10%	48%	52,10%	50,40%	54,20%
TRE-PR	79,80%	88,80%	81%	69,90%	79%	70,20%	93,90%	90%	84,30%	73,50%
TRE-RJ	40,20%	64,20%	53%	36,90%	46%	30,60%	53,20%	28,50%	61,90%	35,50%
TRE-RN	42,20%	34,50%	26,50%	21,80%	56,50%	53,50%	41,80%	53,30%	68,70%	47%
TRE-RO	40,10%	51,60%	43,80%	31,00%	38,20%	41,70%	20,50%	28,10%	48,10%	47,30%
TRE-RR	31,90%	14,90%	14%	13,20%	20%	35,70%	32,20%	51,90%	27,90%	48,20%
TRE-RS	47,10%	50,50%	41,50%	34,00%	58,10%	51%	71%	61,20%	59,10%	30,90%
TRE-SC	57,30%	53,70%	58,70%	67,90%	61%	51%	81,70%	70,40%	64,10%	39,20%
TRE-SE	66,90%	80%	63,90%	37,80%	75,50%	62,20%	76,70%	89,50%	71,80%	52,40%
TRE-SP	58,30%	62,70%	58,40%	52,60%	63,60%	71,50%	51,70%	40,90%	75,60%	63,90%
TRE-TO	67,10%	78,90%	71,70%	62,90%	74,70%	63,70%	86,70%	78,50%	54,10%	39,10%
TSE	52,50%	58,70%	61,60%	60,20%	55,60%	51,30%	79,10%	72,10%	23,60%	5,50%

Colocação	Tribunal	iGG
1º	TRE-PR	0,798
2º	TRE-BA	0,722
3º	TRE-TO	0,671
4º	TRE-SE	0,669
5º	TRE-MA	0,653
6º	TRE-CE	0,625
7º	TRE-PE	0,616
8º	TRE-MS	0,602
9º	TRE-SP	0,583
10º	TRE-DF	0,576
11º	TRE-SC	0,573
12º	TRE-MG	0,559
13º	TRE-ES	0,541
14º	TRE-PB	0,53
15º	TRE-AL	0,529
16º	TSE	0,525
17º	TRE-AC	0,51
18º	TRE-MT	0,502
19º	TRE-PA	0,493
20º	TRE-GO	0,479
21º	TRE-RS	0,471
22º	TRE-RN	0,422
23º	TRE-PI	0,411
24º	TRE-AP	0,406
25º	TRE-RJ	0,402
26º	TRE-RO	0,401
27º	TRE-RR	0,319
28º	TRE-AM	0,309

iGG 2021 - Justiça Eleitoral

iGG TCU

Índice integrado de governança e gestão Pública, apurado pelo Tribunal de Contas da União:

Resolução TRE/MS n. 702/2020 - Dispõe sobre o Sistema de Governança e Gestão;

Portaria PRE n. 213/2020 - Aprova o Catálogo de Requisitos de Governança (referência questionário 2021);

Resolução TRE/MS n. 736/2021 - PEI 2021/2026;

Resolução TRE/MS n. 734/2021 - Institui a Política e o Programa de Integridade;

Instrução Normativa n. 2/2021 - Dispõe sobre a elaboração da proposta orçamentária anual;

Portaria DG n. 59/2021 - Política de Integridade das Contratações e;

Resolução TRE/MS n. 690/2020 - Institui o Código de Ética

iGG 2017,
2018 e 2021

iGG Justiça
Eleitoral

Governança iGG TCU e Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Reunião de Análise Estratégica -
07/12/2021

Assessoria de Governança e
Projetos Institucionais - AGPI

Eduardo Nagata



TRE-MS

Pauta

Próximos
passos - iGG

Resultado
Prêmio 2021

Próximos
passos - Prêmio

iGG
TCU

Prêmio CNJ de
Qualidade

iGG 2021

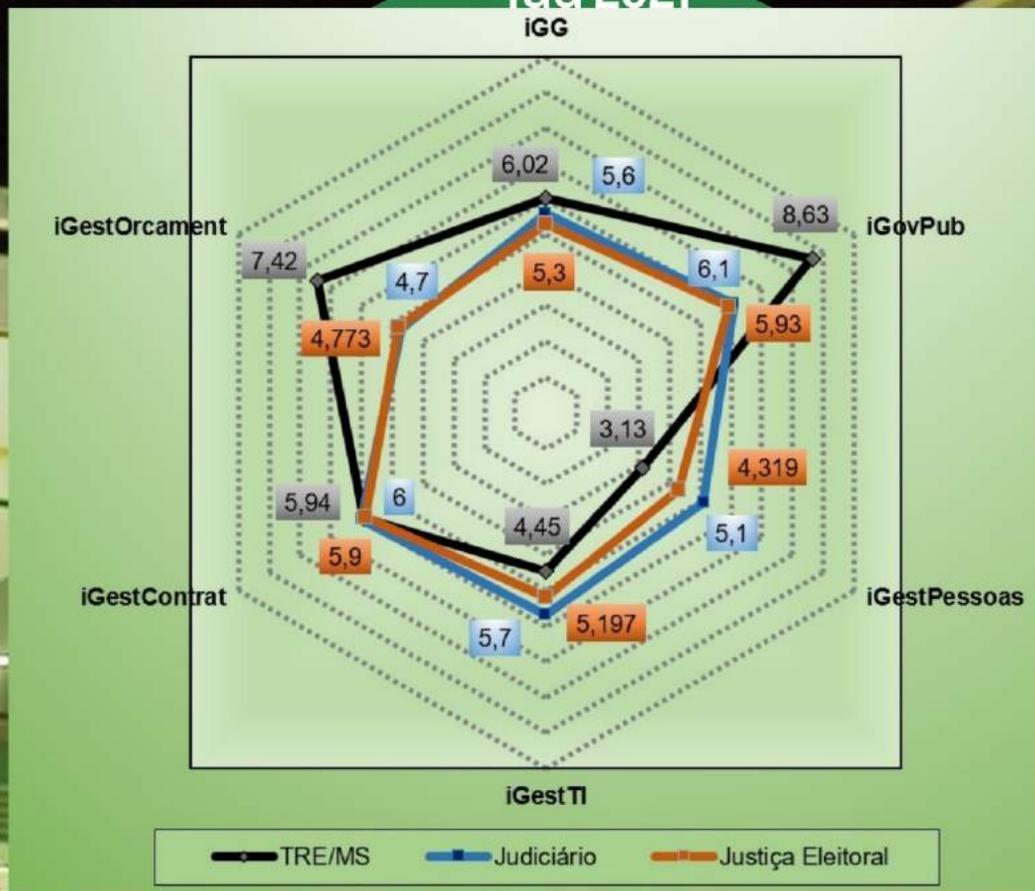


Indicadores a melhorar

Indicadores a melhorar

1. Índice de Gestão de Pessoas 31,3% - JE 43,19%
2. Índice de Gestão de TI 44,5% - JE 51,97%
3. Índice de Gestão Contratações 59,4% - JE 59,06%
4. Índice de Gestão Orçamentária 74,2% - JE 47,73%
5. Índice de Governança Pública 86,3% - JE 59,29%

iGG 2021



Indicadores a melhorar

Governança iGG TCU e Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Reunião de Análise Estratégica -
07/12/2021

Assessoria de Governança e
Projetos Institucionais - AGPI

Eduardo Nagata



TRE-MS

Próximos
passos - iGG

Resultado
Prêmio 2021

Próximos
passos - Prêmio

Pauta

iGG
TCU

Prêmio CNJ de
Qualidade

Prêmio CNJ de Qualidade

2020 - **Diamante** - 82,34%

2021 - **Ouro** - 86,88%

* **Governança:** RAEs e NE (10/10), CGPRIM_GRAU (10/10), Gestão Participativa (20/30), Socioambiental (20,44/45), CPS (10/10), Assédio Moral (10/10), Gestão de Memória e Documental (20/25) e CFEM (15/15);

* **Produtividade:** Tempo médio processo pendentes (50/50), Metas Nacionais (27/30), Processos antigos (50/50) e Celeridade APEIs (0/20);

* **Transparência:** Ranking Transparência (90/100) e Ouvidoria (20/20);

* **Dados e Tecnologia:** DATAJUD (215/215), JN (60/60), MPM (60/60), Código-fonte (0/50), Processos eletrônicos (100/100), iGovTic (40/50), Juízo 100% Digital (30/30) e Balcão Virtual (20/20)

Quesitos inéditos

Fatores Críticos de Sucesso

Lições aprendidas

Quesitos inéditos 2021

- 1) **Política de prevenção e enfrentamento Assédio** (Res. CNJ 351/2020) - 10/10 pontos;
- 2) **Gestão de Memória e Documental** (Res. CNJ 324/2020) - 20/25 pontos;
- 3) **Celeridade em Ações Penais** - 0/20 pontos (31/07/21);
- 4) **Contribuir com a revisão do código-fonte PJe e PDPJ** - 0/50 pontos (nenhum TRE pontuou);
- 5) **Juízo 100% Digital** (Res. CNJ 345/2020) - 30/30 pontos e;
- 6) **Balcão Virtual** (Res. CNJ 372/2021) - 20/20 pontos.

Aproveitamento de 51,61% (80/155 pontos) e, excluindo o quesito código-fonte, alcançamos 76,2%.

Prêmio CNJ de Qualidade

2020 - **Diamante** - 82,34%

2021 - **Ouro** - 86,88%

* **Governança:** RAEs e NE (10/10), CGPRIM_GRAU (10/10), **Gestão Participativa** (20/30), **Socioambiental** (20,44/45), CPS (10/10), **Assédio Moral** (10/10), **Gestão de Memória e Documental** (20/25) e **CFEM** (15/15);

* **Produtividade:** **Tempo médio processo pendentes** (50/50), **Metas Nacionais** (27/30), **Processos antigos** (50/50) e **Celeridade APEIs** (0/20);

* **Transparência:** **Ranking Transparência** (90/100) e **Ouvidoria** (20/20);

* **Dados e Tecnologia:** **DATAJUD** (215/215), **JN** (60/60), **MPM** (60/60), **Código-fonte** (0/50), **Processos eletrônicos** (100/100), **iGovTic** (40/50), **Juízo 100% Digital** (30/30) e **Balcão Virtual** (20/20)

Quesitos inéditos

Fatores Críticos de Sucesso

Lições aprendidas

Fatores Críticos de Sucesso

a) GT DATAJUD (335/335 - 38,20% da pontuação total):

- DATAJUD (215/215 pontos);
- Justiça em Números (60/60 pontos);
- Módulo de Produtividade Mensal (60/60) pontos).

CRE (Nilce e Kátia); CRIP (Luiz Antonio, Daniel, Vivian, Artur e Viviane)
CODESC (Robson e Patrícia); AGFI (Pâmela e Eduardo) e; NEST (Ladislau).

b) Gestão Documental e de Memória (20/25 pontos):

- Política de Gestão Documental (Res. TRE 746/2021);
- Política de Gestão de Memória (Res. TRE 745/2021);
 - Centro de Memória físico e;
 - Centro de Memória Virtual.

ASCOM, SBA, CSDJ e CPAD

Prêmio CNJ de Qualidade

2020 - **Diamante** - 82,34%

2021 - **Ouro** - 86,88%

* **Governança:** RAEs e NE (10/10), CGPRIM_GRAU (10/10), Gestão Participativa (20/30), Socioambiental (20,44/45), CPS (10/10), Assédio Moral (10/10), Gestão de Memória e Documental (20/25) e CFEM (15/15);

* **Produtividade:** Tempo médio processo pendentes (50/50), Metas Nacionais (27/30), Processos antigos (50/50) e Celeridade APEIs (0/20);

* **Transparência:** Ranking Transparência (90/100) e Ouvidoria (20/20);

* **Dados e Tecnologia:** DATAJUD (215/215), JN (60/60), MPM (60/60), Código-fonte (0/50), Processos eletrônicos (100/100), iGovTic (40/50), Juízo 100% Digital (30/30) e Balcão Virtual (20/20)

Quesitos inéditos

Fatores Críticos de Sucesso

Lições aprendidas

Sugestões (ID 1093442)

- 1) Criação do **Núcleo de Governança Judiciária** (elo entre CRE, SJ e NEST);
- 2) GT com vistas à criação de **Núcleo de Assessoramento Processual às ZEs**;
- 3) Lotação de **estatístico (FC)** no NEST;
- 4) Instituição de **GT** para estudo e normatização visando **tramitação mais célere em APEIs**;
- 5) **Acompanhamento permanente de indicadores processuais** (estoque, taxa de congestionamento, produtividade, tempo médio, processos parados, cumprimento de metas nacionais e outros) com **Atena e do Observatório de Dados**;
- 6) Servidor e/ou estagiário nível superior de **TI** com **dedicação exclusiva pelos sistemas Atena/Temis**.
- 7) Início dos trabalhos de saneamento DATAJUD **em período anterior, tendo em vista as eleições 2022**.

Prêmio CNJ de Qualidade

2020 - **Diamante** - 82,34%

2021 - **Ouro** - 86,88%

* **Governança:** RAEs e NE (10/10), CGPRIM_GRAU (10/10), Gestão Participativa (20/30), Socioambiental (20,44/45), CPS (10/10), Assédio Moral (10/10), Gestão de Memória e Documental (20/25) e CFEM (15/15);

* **Produtividade:** Tempo médio processo pendentes (50/50), Metas Nacionais (27/30), Processos antigos (50/50) e Celeridade APEIs (0/20);

* **Transparência:** Ranking Transparência (90/100) e Ouvidoria (20/20);

* **Dados e Tecnologia:** DATAJUD (215/215), JN (60/60), MPM (60/60), Código-fonte (0/50), Processos eletrônicos (100/100), iGovTic (40/50), Juízo 100% Digital (30/30) e Balcão Virtual (20/20)

Quesitos inéditos

Fatores Críticos de Sucesso

Lições aprendidas

Governança iGG TCU e Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Reunião de Análise Estratégica -
07/12/2021

Assessoria de Governança e
Projetos Institucionais - AGPI

Eduardo Nagata



Pauta

Próximos
passos - iGG

Resultado
Prêmio 2021

Próximos
passos - Prêmio

iGG
TCU

Prêmio CNJ de
Qualidade

Próximos passos - Prêmio

Oportunidades de melhoria para 2022

- NEST* - 5 pontos;
- RDC-Arq - 5 pontos (TAP ID 1093980);
- Socioambiental - 24,56 pontos (não alcançados);
- Ranking da Transparência - 10 pontos (*gap*);
- Celeridade em APEIs - 20 pontos (*gap*);
- Metas Nacionais - 3 pontos (*gap*);
- iGovTic-JUD - 10 pontos (*gap*);
- Código-fonte** - 50 pontos (*gap*);

TOTAL: 127,56 pontos a alcançar

Tempo médio
APEIs

Tempo médio
processos

Tribunal	Resultado	Pontuação	Tribunal	Resultado	Pontuação
TRE-SC	341	20	TRE-PR	718	0
TRE-RR	404	20	TRE-PE	760	0
TRE-RO	416	20	TRE-CE	905	0
TRE-AL	447	20	TRE-SP	928	0
TRE-ES	473	20	TRE-RS	944	0
TRE-MG	487	20	TRE-RJ	1.011	0
TRE-BA	527	20	TRE-RN	1.057	0
TRE-AP	545	10	TRE-MS	1.126	0
TRE-SE	575	10	TRE-PB	1.204	0
TRE-GO	587	10	TRE-MT	1.224	0
TRE-TO	635	10	TRE-MA	1.307	0
TRE-PA	701	10	TRE-AC	1.342	0
TRE-AM	703	10	TRE-PI	1.399	0
TRE-DF	711	10	Valor referência	536	

Tempo médio de APEIs

Próximos passos - Prêmio

Oportunidades de melhoria para 2022

- **NEST*** - 5 pontos;
- **RDC-Arq** - 5 pontos (TAP ID 1093980);
- **Socioambiental** - 24,56 pontos (não alcançados);
- **Ranking da Transparência** - 10 pontos (*gap*);
- **Celeridade em APEIs** - 20 pontos (*gap*);
- **Metas Nacionais** - 3 pontos (*gap*);
- **iGovTic-JUD** - 10 pontos (*gap*);
- **Código-fonte**** - 50 pontos (*gap*);

TOTAL: 127,56 pontos a alcançar

Tempo médio
APEIs

Tempo médio
processos

Tempo médio processos

Relatório JUSTIÇA EM NÚMEROS 2021

28/09/2021 - TRE/MS - 4 meses;

08/10/2021 - TRE/MS - 1 ano e 1 mês;

18/10/2021 - Apresentada impugnação TRE/MS;

05/11/2021 - TRE/MS - 3 meses;

11/11/2021 - Resposta CNJ (informada nova correção).

Tribunal	Versão digital / interativa	Versão analítica		Justiça Eleitoral - Quartil
		Tempo bruto	Tempo líquido	
TRE/PE	68,56 dias	2 meses	2 meses	1º quartil do segmento 50/50 pontos (art. 6º, III, da Portaria CNJ n.º 135/2021)
TRE/RO	72,28 dias	2 meses	2 meses	
TRE/BA	82,28 dias	3 meses	3 meses	
TRE/AC	91,49 dias	3 meses	3 meses	
TRE/SP	92,15 dias	3 meses	3 meses	
TRE/RR	92,71 dias	3 meses	3 meses	
TRE/MS	94,71 dias	3 meses	3 meses	
TRE/AL	96,31 dias	3 meses	3 meses	2º quartil do segmento 35/50 pontos (art. 6º, III, da Portaria CNJ n.º 135/2021)
TRE/PB	96,59 dias	3 meses	3 meses	
TRE/MA	98,22 dias	3 meses	3 meses	
TRE/ES	102,3 dias	3 meses	3 meses	
TRE/TO	106,54 dias	4 meses	4 meses	
TRE/RN	109,74 dias	4 meses	4 meses	
TRE/PA	120,32 dias	4 meses	4 meses	

Próximos passos - Prêmio

Oportunidades de melhoria para 2022

- **NEST*** - 5 pontos;
- **RDC-Arq** - 5 pontos (TAP ID 1093980);
- **Socioambiental** - 24,56 pontos (não alcançados);
- **Ranking da Transparência** - 10 pontos (*gap*);
- **Celeridade em APEIs** - 20 pontos (*gap*);
- **Metas Nacionais** - 3 pontos (*gap*);
- **iGovTic-JUD** - 10 pontos (*gap*);
- **Código-fonte**** - 50 pontos (*gap*);

TOTAL: 127,56 pontos a alcançar

Tempo médio
APEIs

Tempo médio
processos

Governança iGG TCU e Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Reunião de Análise Estratégica -
07/12/2021

Assessoria de Governança e
Projetos Institucionais - AGPI

Eduardo Nagata



TRE-MS

Pauta

Próximos
passos - iGG

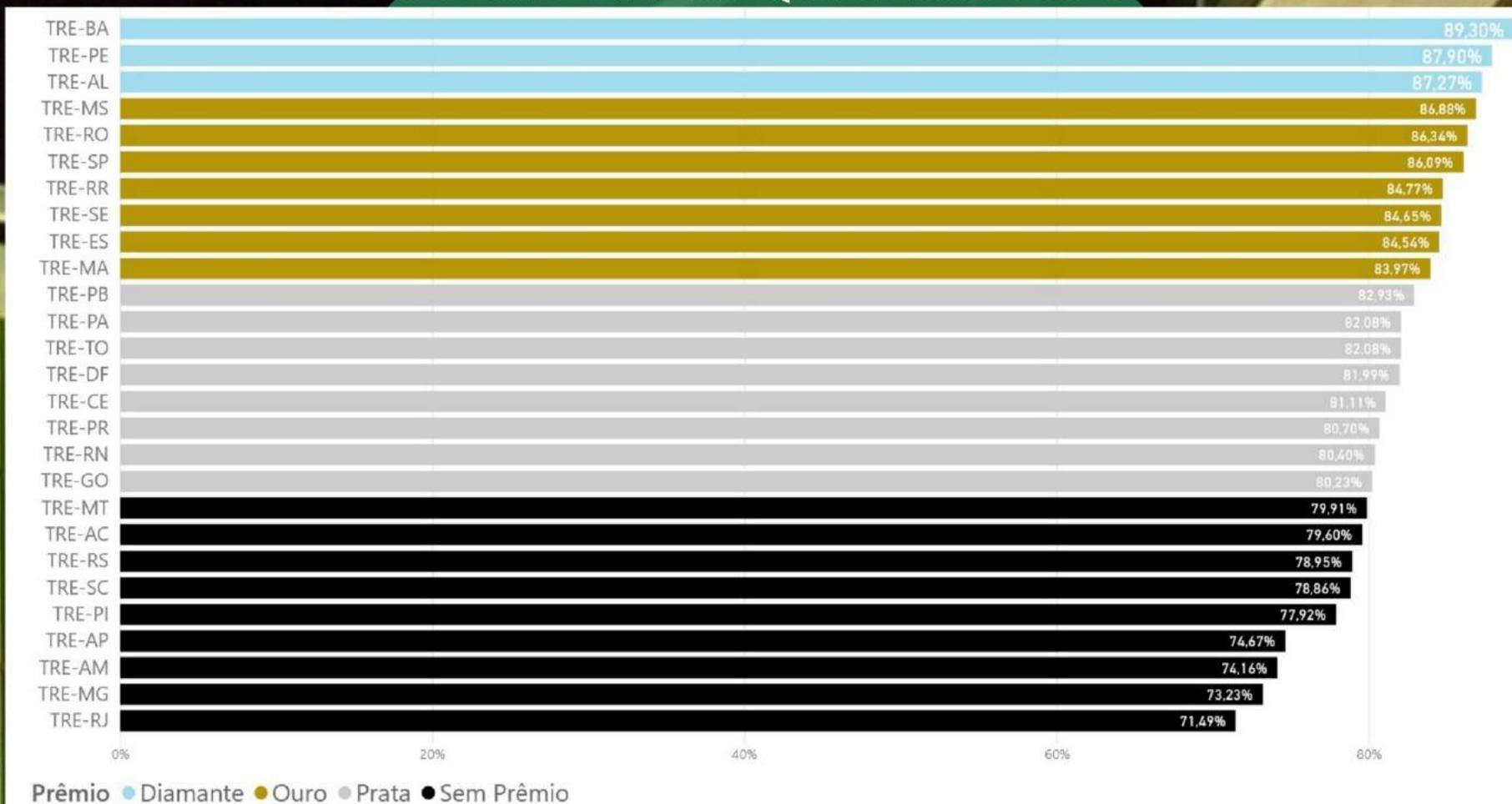
Resultado
Prêmio 2021

Próximos
passos - Prêmio

iGG
TCU

Prêmio CNJ de
Qualidade

Prêmio CNJ de Qualidade 2021



Governança iGG TCU e Prêmio CNJ de Qualidade 2021

Reunião de Análise Estratégica -
07/12/2021

Assessoria de Governança e
Projetos Institucionais - AGPI

Eduardo Nagata



TRE-MS

Próximos
passos - iGG

Resultado
Prêmio 2021

Próximos
passos - Prêmio

Pauta

iGG
TCU

Prêmio CNJ de
Qualidade

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Relatório Integrado de Gestão 2021

Campo Grande, 7 de dezembro de 2021
Seção de Planejamento e Gestão Estratégica
Núcleo de Estatística

Relatório de Gestão 2021

Normativos e Material de Apoio
(SEI nº 0006129-06.2021.6.12.8000)

- ❖ Instrução Normativa TCU nº 84/2020
- ❖ Decisão Normativa TCU nº 187/2020
- ❖ Guia para elaboração na forma de Relato integrado

Relatório de Gestão 2021

A prestação de contas se fará mediante:

- ❖ Divulgação das informações durante o exercício financeiro (IN TCU nº 84/2020, art. 8º, I, alíneas “a” a “j”)
- ❖ Publicação do Relatório de Gestão e das demonstrações contábeis na página do TRE na internet na aba “Transparência e prestação de contas – prestação de contas
- ❖ Publicação e manutenção atualizada do rol de responsáveis (IN TCU nº 84/2020, art. 7º, § 4º)

Relatório de Gestão 2021

Cronograma

Atividades	Responsáveis	Prazo
Apresentação dos conteúdos e informações para subsidiar a compilação do RG 2021	GABPRE, SAF,SGP, CRE, COPEG, EJE, ASCOM, Ouvidoria, AGPI, NSA	17/01/2022
Apresentação do relatório de correição e apurações de ilícitos administrativos	CRE	17/01/2022
Compilação do RG 2021	COPEG	07/02/2022
Remessa do Relatório para diagramação	COPEG	21/02/2022
Edição e Diagramação	ASCOM	07/03/2022
Relatório avaliado	DG	18/03/2022
Disponibilização do RG 2021 no portal da Internet	COPEG	31/03/2022
Disponibilização do rol de responsáveis	SGP	31/03/2022
Disponibilização das demonstrações contábeis e notas explicativas	COFIC	31/03/2022

Relatório de Gestão 2021

Processo de elaboração

- ❖ **Coordenação:** Grupo de Trabalho
- ❖ **Diagramação:** ASCOM
- ❖ **Unidades:** cada unidade apresentará conteúdos das atividades realizadas em 2021, com clareza e concisão
- ❖ **Presidência:** aprovação

Relatório de Gestão 2021

Material de consulta

- ❖ <http://intranet.tre-ms.jus.br/unidades/dg/copeg/relatorio-de-gestao>
- ❖ <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/>